

# O MOVIMENTO NEGRO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA E A IMPRENSA NEGRA NO BRASIL

Paulo Cesar Alves da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO:

O principal objetivo deste artigo é trazer à tona alguns apontamentos sobre a ação do movimento negro e os meios de comunicação, principalmente da imprensa tradicional como o jornal, desde o movimento abolicionista no final do século XIX, durante o regime monárquico (1870-1889) e o período Republicano (1915-1963). Busca-se examinar as contribuições desse instrumento de comunicação para sensibilizar a população contra o regime escravocrata e, após a abolição deste, para denunciar a discriminação racial e a situação econômica, social e de exclusão que afligia a população negra no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** abolicionismo; imprensa negra; meios de comunicação.

## ABSTRACT:

The purpose of this article is to make some notes about the action of the black movement and the media, especially the mainstream media the newspaper, from the abolitionist movement at the end of the century. Century, during the monarchy and the Republican period (1915-1963), analyzing the contributions of this communication tool to raise awareness against the regime of slavery and later after the abolition denounce racial discrimination, and economic and social situation of misery and neglect that afflicted the black population in Brazil.

**KEYWORDS:** abolitionism; black press; media.

1 - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura de Universidade da Amazônia - UNAMA, Campus Belém-Pará. Correio Eletrônico: pc-xl@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade trazer alguns apontamentos sobre o movimento negro e os meios de comunicação, desde as ações abolicionistas da escravização dos negros no Brasil. O movimento abolicionista contou com vários intelectuais que atuavam nos meios de comunicação tradicionais da época, como jornais, obras literárias, comícios. Nos anos finais da Monarquia e durante a fase republicana, observam-se as contribuições dos meios de comunicação para o movimento negro, especialmente na luta contra a discriminação e a possibilidade de ascensão social, política e econômica e cultural dos negros africanos na sociedade brasileira. Assim, alguns setores da imprensa carioca se mobilizaram na luta pela abolição, como afirma Humberto Fernandes Machado:

*Em 1880, foi criada por um grupo de propagandistas, entre os quais Joaquim Nabuco, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, semelhante à sua congênera inglesa - AntiSlavery Society. Suas reuniões e conferências atraíram um grande número de pessoas. Em 1883, a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, liderada por João Clapp e José do Patrocínio, incorporou várias associações, como o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes e o Clube de 2. Libertos de Niterói. Paralelamente à mobilização desses intelectuais e das entidades antiescravistas, ocorriam debates cada vez mais intensos na Câmara sobre a questão servil, transcritos nos jornais, aumentando a repercussão junto à opinião pública, apesar das dificuldades decorrentes do alto grau de analfabetismo (MACHADO, 2007, p. 1-2).*

Neste caminho iremos refletir sobre algumas mensagens que eram transmitidas pelos jornais da denominada Imprensa Negra no início do século XX, tais como: Jornal Alvorada (1946), Tribuna Negra (1936), O alfinete (1919), O Patrocínio (1932), A Voz da Raça (1935), que tinham como centro a cidade de São Paulo. Ressalte-se que surgiram também jornais semelhantes em outras partes do país, como a Raça (1935), em Uberlândia/MG, o União (1918), em Curitiba/PR, O Exemplo (1892), em Porto Alegre/RS, e o Alvorada, em Pelotas/RS. É importante salientar que essa imprensa era marginalizada e setorializada, sendo mal vista pela elite branca, como afirma Clovis Moura:

*A imprensa negra ficou na penumbra, como se fosse pouco significativa. A própria História da Imprensa no Brasil, de Nelson Werneck Sodré, não a registra. A sua importância foi subestimada e desgastada por uma visão branca da imprensa, que marginalizou os jornais negros impressos na época. Assim como o negro foi marginalizado social, econômica e psicologicamente, também foi marginalizado culturalmente, sendo, por isso, toda a sua produção cultural considerada subproduto de uma etnia inferior e inferiorizada (MOURA, 1988, p. 204-206).*

Durante o período em que ficaram em circulação, mais precisamente de 1915 até 1963, esses jornais tinham poucas tiragens e ficavam restritos apenas a pequenos grupos da comunidade negra, fornecendo elementos que possibilitavam entender um pouco desse universo ideológico do negro no município paulistano que se tornou uma referência nacional, bem como compreender os estilos e comportamentos, anseios, reivindicações/protestos, esperanças e frustrações (MOURA, 1998).

No entanto, observa-se que essa iniciativa vai ganhando proporções significativas e pode ser entendida como uma planta que foi se ramificando e dando frutos para o engajamento político de luta contra as mazelas que afetavam a comunidade negra (SILVA, 2008).

A partir das reflexões de Petrônio Dominiguez (2006, p. 101), o Movimento Negro pode ser definido como “[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente em particular dos provenientes de preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural [...]”, e que ao longo de sua história mobilizou várias estratégias de lutas, que vão desde o enfrentamento direto através do conflito, a imprensa paralela e o engajamento político.

### **MOVIMENTO ABOLICIONISTA E A AÇÃO DE INTELLECTUAIS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO FINAL DO SEGUNDO REINADO (1870-1888)**

No final do século XIX, o regime monárquico entrou numa fase de decadência política e econômica, pois o país vivia muitas contradições, principalmente com a manutenção de um regime considerado atrasado. Todos os países da América do Sul haviam adotado o regime republicano quando se tornaram independentes, e o Brasil era uma Monarquia cercada por repúblicas, fato esse que era condizente com os interesses da elite nacional que desejava manter a escravidão e o conservadorismo no poder e que afastava qualquer tipo de ameaça dos grupos menos abastados.

Assim, mantinha-se um governo forte e centralizado que podia manter a ordem vigente, porém as nações europeias estavam passando por grandes transformações tecnológicas e econômicas, principalmente após a Revolução Industrial, a partir de 1780, na Inglaterra (SILVA, 2008).

Desde a independência do Brasil, a Grã-

Bretanha já pressionava para a extinção da escravidão no país, em função do desenvolvimento industrial e tecnológico que necessitava de mercados consumidores e, nesse contexto, o regime escravagista era incompatível com o mundo “civilizado” idealizado pelo Ocidente.

Desde o início do Segundo Reinado, os ingleses, que exerciam um grande poderio nos mares, aprovaram a lei denominada “Bill Aberdeen”, determinando a apreensão de navios negreiros em alto-mar, de qualquer nacionalidade pelos navios britânicos. Em vista disso, houve uma grande redução dos cativos e, consequentemente, aumentou de forma vertiginosa o preço dos escravos no mercado interno, desenvolvendo-se o tráfico interprovincial. A pressão externa levou o Ministério de Eusébio de Queiroz a aprovar a lei que leva seu nome, extinguindo o tráfico negreiro da África para o Brasil (SILVA, 2008).

Nesse contexto, surgiram muitas vezes contra a escravidão no Brasil: escritores, jornalistas, advogados, comerciantes e diplomatas, passaram a utilizar os meios de comunicação para divulgar suas posições políticas, principalmente na capital do Império, como Machado:

*O Rio de Janeiro era um espaço repleto de contrastes, caracterizado pela incorporação das novidades européias e das idéias de progresso e civilização que se opunham ao escravismo. Essa peculiaridade da cidade favoreceu o envolvimento da população na campanha abolicionista. Libertos, mulatos e brancos pobres se juntavam aos propagandistas nas ruas contra o cativo. O crescimento urbano e a existência de um contingente expressivo de escravos ou de seus descendentes facilitaram essa mobilização de caráter popular que marcou o abolicionismo no Rio de Janeiro. Deve-se acrescentar ainda a circulação mais rápida das notícias devido ao aumento da publicação de jornais. Especialmente na década de 1880, a imprensa começou a adquirir*

*um papel fundamental na veiculação das ideias abolicionistas. Os assuntos políticos e o abolicionismo ganharam as ruas junto com os periódicos e os segmentos urbanos tiveram maior facilidade de externar as suas reivindicações (MACHADO, 2007, p. 01).*

Assim, com a ação de intelectuais e jornalistas, a campanha abolicionista vai ganhando terreno e passa a ter um cunho popular, mobilizando membros das diversas classes sociais em prol de “civilizar” a nação. Naquele momento de tantos embates políticos e econômicos, os periódicos se tornam um meio de divulgação ou de contestação do movimento abolicionista, uma vez que todo o país estava discutindo a situação de escravização, sendo esta o principal assunto dos jornais e revistas escritos no Brasil. Após muito tempo de silenciamento, não fazia mais sentido ficar de fora dos debates acerca da liberdade dos negros (FERREIRA, 2011).

Nesse processo, alguns pensadores se destacaram e utilizaram com habilidade a imprensa da época para ganhar o apoio de toda a sociedade para a causa. Entre estes personagens, José do Patrocínio e Luis Gama foram militantes atuantes a favor dessa questão, sendo considerados como “abolicionistas radicais”, visto que reivindicavam cidadania para os negros recentemente libertos do regime escravocrata, associando “[...] comportamentos e ideias na busca por um ideal comum – romper com o sistema de exploração, violência e exclusão montado em torno da escravidão” (LEAL, 2008 p. 20). Ambos tinham sido escravos e conheciam de perto o sofrimento dos cativos: Patrocínio fundou o jornal satírico “Ferrões” e descobriu sua verdadeira vocação, Gama tornou-se jornalista de renome na década de 1860, trabalhando nos periódicos Diabo Coxo e Cabriões.

Dessa forma, um grupo de propagandistas se formou, reunindo além dos dois já mencionados, Joaquim Nabuco, Castro Alves, André Rebouças e outros, os quais formaram a Sociedade Brasileira contra a escravidão. As reuniões e conferências

atraíam um volume cada vez maior de pessoas, em que era intensamente debatida a questão servil.

A Câmara se tornou um lugar de debates acalorados, as notícias eram divulgadas pelos jornais e conseguiam aos poucos sensibilizar a opinião pública, apesar do grande número de analfabetos, sendo que essa luta foi ocupando os vários espaços sociais: o clube, a igreja, as praças, as ruas, as senzalas e a casa grande. Eram realizadas festas beneficentes para angariar fundos para comprar a alforria de escravos (MACHADO, 2007).

Outra estratégia utilizada pelos grupos era a chamada “limpeza das ruas”, que tinha o objetivo de pressionar os proprietários de escravos das ruas do centro da capital a libertarem seus cativos sob a ameaça de ter seu nome divulgado nos jornais, sendo que cada propagandista ficava responsável por uma rua. Percebe-se que essa ação constrangia muitos escravocratas que não queriam ver seus nomes aparecendo nas páginas jornalísticas. Assim, começava-se a perceber uma mudança de paradigma, pois antes ter muitos escravos era motivo de orgulho e status social dos coronéis, mas, a partir do final do século XIX com as intensas propagandas e embates em torno da abolição, passa-se a estabelecer uma imagem negativa dessa prática no país (MACHADO, 2007).

Seguindo esse embate, ainda nesse período, outro movimento se destaca com muita força em São Paulo, o chamado movimento dos Caifazes, em que, segundo Silva (2008, p. 136), eram organizadas “fugas coletivas ou roubavam-se os negros escravizados de seus senhores para enviá-los ao Quilombo do Jabaquara, na cidade de Santos, e de lá para a província do Ceará, que já havia decretado a igualdade racial”.

A eficiência desse movimento influenciou a maioria das cidades paulistas a seguir o exemplo cearense e a decretar a libertação dos cativos antes da Lei parlamentar. Diante desse quadro de pressão interna e externa, o gabinete conservador elaborou a lei, que na ausência do Impe-

rador D. Pedro II, foi sancionada por sua filha Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão no Brasil, atingindo cerca de 7000.000 negros escravizados (SILVA, 2008).

Analisando esse contexto à luz de Michel Foucault (1993), podem ser percebidas muitas relações de poder envolvidas nesse processo; verifica-se um campo de negociação muito intensa, pois o poder não estava somente concentrado nas mãos da monarquia e dos escravocratas, mesmo durante o período áureo do cativo, havendo vários mecanismos de resistências, tais como o boicote à produção, a quebra de ferramenta, as fugas, os assassinatos de capatazes, as práticas das religiões africanas. Havia, ainda, o espaço da negociação por uma melhor alimentação, abrandamento dos castigos físicos e a liberdade de praticarem seus rituais religiosos. Nos últimos anos da escravidão, ficam bem evidente as manobras do poder, como mostra Guacira Lopes Louro (2008, p. 38), citando Foucault:

*(...) Foucault desorganiza as concepções convencionais – que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder – e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente” se constitui por toda a sociedade. Para ele, o poder deveria ser concebido mais como “uma estratégia”; ele não seria, portanto, um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se “apropria”. Mais preocupado com os efeitos do poder, Foucault diz que seria importante que se percebesse esses efeitos como estando vinculados “a disposições, a manobras, a táticas, a técnica, a funcionamentos.*

No contexto brasileiro do final do século XIX, essas características podem ser observadas no movimento abolicionista, pois o poder não está concentrado somente em um dos lados, como, por exemplo, concentrado nas mãos do rei e na aristocracia. Ele também é exercido pelos intelectuais abolicionistas, através

de suas várias práticas pelos meios de comunicação, nas passeadas, nas mobilizações, nas campanhas junto às igrejas e nos eventos para arrecadar fundos para comprar a alforria de escravos e na forte pressão sobre o parlamento para aprovar a lei de abolição (LOURO, 2008).

As referências a Foucault (2012, p.15), em que afirma que o poder é exercido em “níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado (...)”, contribuem para que se possa entender as forças que se opõem no contexto das lutas abolicionistas, assim como as táticas, as manobras utilizadas principalmente pelos intelectuais e os escravos que estavam à frente do movimento, o uso dos meios de comunicações da época, principalmente o jornal. Este meio exerceu um poder de grande repercussão nos meios sociais, pois tinha o poder de trabalhar os fatos com uma grande cobertura, acrescentando ingredientes à notícia para moldar as informações, como ocorreu na Revolução Francesa. Tendo como grande exemplo o papel da imprensa nessa revolução, o movimento abolicionista no Brasil, no final do século XIX, introduziu novos valores por meio dos jornais, baseados na ideia de progresso, de fim da escravidão e de povo civilizado. Com essas forças atuando em sintonia, a abolição foi conquistada, e os negros no Brasil passaram a conviver com outros desafios (MACHADO, 2007), que serão adiante aventados.

#### **AAÇÃO DA IMPRENSA NEGRA DURANTE A REPÚBLICA BRASILEIRA (1915-1963)**

A campanha abolicionista trouxe uma grande agitação para a sociedade brasileira, principalmente na capital, sendo que, aos poucos, foi espalhando-se pelo restante do país. Entretanto, junto com esse movimento, articulava-se silenciosamente uma campanha republicana, que aos poucos foi ganhando contornos mais abertos e diretos, pois o esteio de sustentação do regime Monárquico era a elite agrícola representada pelos grandes latifundiários, defensores da manutenção da escravidão como mão de obra necessária para o desenvolvimento econômico

do país. Todavia, com desfecho favorável da abolição, o governo perdeu essa força de sustentação, e doença que acometia o imperador dava o sentimento de país des-governado; situação essa acentuada pelos problemas econômicos e pela vitória do golpe republicano em 1889 (LEAL, 2008).

O novo regime foi implantado de uma forma controversa, pois a participação do povo foi praticamente nula e, como afirma José Murilo de Carvalho (1987, p. 9), “o povo teria assistido ‘bestializado’ à proclamação da República, sem entender o que se passava”. Havia sido, portanto, uma ação de cima para baixo, sempre controlada pelas elites que moldaram o novo regime de acordo com seus interesses. Isso fica evidente na constituição de 1891, que eliminou o voto censitário, que excluía a maior parte da população pela renda, mas manteve outro mecanismo de exclusão, que era a proibição do voto de analfabetos e das mulheres.

Dessa forma 80% da população, que na sua maioria eram negros que tinham conquistado a liberdade recentemente foram afastados do direito de exercer a cidadania. Assim, resumidamente, pode-se afirmar que durante a Monarquia a exclusão era pela renda e na primeira República, isso se dava pelo analfabetismo.

Dentro desse novo contexto como ficou a situação do negro na sociedade brasileira? Embora tenha conquistado a alforria, não houve por parte das autoridades governamentais nenhuma política de inclusão para essa população que era escrava e que tinha conquistado a liberdade. A partir de 1888, percebe-se que nenhum projeto no âmbito econômico, social e político foi implementado por parte do governo. Dessa forma, a marginalização e o subemprego foi o que se observou na prática, além disso, cresceu o sentimento de insegurança da elite, pois com a libertação acabou o controle dos senhores sobre os escravos, agora o Estado tinha esse papel.

Várias medidas foram lançadas para reprimir as manifestações da cultura dos negros libertos, como leis higiênicas e até

a proibição de atividades e eventos culturais. A mão de obra negra passou a servir como assalariada, mas sem “qualificação exigida”, o que gerou a sua exclusão do mercado. Com isso, optou-se por incentivar as migrações europeias com objetivo de trazer trabalhadores qualificados e culturalmente superiores, ou seja, “civilizados” (SILVA, 2008).

A estratégia da discriminação trabalhista era uma prática já instaurada na sociedade brasileira mesmo antes da chegada dos imigrantes, pois na estrutura trabalhista havia a exclusão que favorecia o homem livre, em detrimento do alforriado. Assim, na estrutura do trabalho dessa época, produziam-se vários conflitos em seus diversos setores, mas a situação dos negros permanecia difícil, pois a maioria deles não possuía ofícios e não queria se entregar ao trabalho agrícola, o qual haviam deixado; já na cidade, a ocupação de carregadores era a mais praticada, como afirma Clóvis Moura (1998, p. 71), citando Manuel Querino:

*Em diversas partes da cidade reuniam-se à espera que fossem chamados para a condução de volumes pesados ou leves, como fossem: cadeirinhas de arruar, pipas de vinho ou aguardente, planos etc. Esses pontos tinham nome de canto e por isso era comum ouvir a cada momento: chama ali um ganhador no canto. Ficavam eles sentados em tripeças a conversar até serem chamados para o desempenho de quaisquer misteres [...] (MOURA, 1998, p. 71).*

Nessa abordagem, percebe-se a restrição de opções de trabalho para o negro, além disso, havia uma forte campanha pelo branqueamento do Brasil, que surge no mesmo contexto da abolição da escravidão, surgindo assim um novo discurso colocando em evidência o passado e o futuro. O primeiro representando o atraso, a animalidade, o obscurantismo, enquanto o segundo, pautado no branco (europeu), era simbolizado pelo trabalho organizado, representando o progresso, o desenvolvimento e “civilização”.

Dessa forma, era preciso, na visão da elite, substituir o trabalho do negro pelo do imigrante que traria uma grande transformação, principalmente na cor do país, pois naturalmente o contato entre esses dois povos, segundo o darwinismo social, a etnia “superior” naturalmente se sobreporia a “inferior”, livrando a nação da carga exótica, passiva, perigosa representada pelo negro. Desse modo, a ideologia do branqueamento passa a fazer parte do pensamento das classes dominantes (MOURA, 1998).

Nesse contexto de exclusão social e do forte racismo que imperava no período republicano, os negros retomaram um instrumento de luta, que foi muito utilizado durante a campanha abolicionista: os meios de comunicação tradicional. Assim, surgiu uma imprensa paralela a oficial e os jornais passaram a ser editados com um conteúdo voltado para a população negra.

A denominada Imprensa Negra teve como centro das primeiras manifestações a cidade de São Paulo, no entanto é importante salientar que também surgiram jornais com a mesma natureza no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, dentre estes os que mais se destacaram foram: O Melnick (1915); O Bandeirante (1918); O Alfinete (1918); A Liberdade (1918); O Getulino (1923); e O Baluarte (1903). Com objetivos bem definidos, a Imprensa Negra conseguiu reunir um grupo bem representativo de pessoas para lutar contra o “preconceito de cor”, como era denominado na época, e, além disso, lutaram também contra outras dificuldades que afligiam a população negra, como afirma Petrônio Domingues:

*Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos*

*constituíam veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2007, p. 105).*

Havia a imprensa oficial voltada para atender às necessidades dos grupos abastados. Já a Imprensa Negra tinha uma circulação paralela, restrita e com um efeito limitado, as tiragens eram pequenas, pois os seus consumidores eram em sua maioria analfabeta, subempregada e sem renda. Assim, nesses periódicos refletia-se, por meio de intelectuais e escritores negros, um painel do universo do negro, os anseios, as reivindicações e os protestos dessa população. Ressalte-se que o tempo de duração dessa imprensa foi longa e dolorosa, pois os jornais não tinham recursos para se manterem por muito tempo. Por esse meio, havia a expressão de uma parte do universo da comunidade negra, como os casamentos, as festas, os aniversários, as poesias, além das inquietações do seu povo. Conforme destaca Moura (1988), havia conselhos para que os negros ascendessem ao meio social e cultural, para então igualem-se aos brancos.

A preocupação com a educação era um dos principais assuntos e estava no centro dos debates, pois o negro deveria almejar conquistar postos mais elevados no meio social, através de um aprimoramento educacional, como é observado na seguinte matéria:

*Mas de que serviu finalmente a lei do abolicionismo no Brasil? Unicamente para mostrar ao estrangeiro a nossa aparente civilização, porque se ella aboliu a escravatura official, implantou*

*o servillismo particular; se derubou o regimento de escravos obrigatórios impoz o de servos voluntários. Quem são os culpados dessa negra mancha que macula eternamente a nossa fronte? Nós, unicamente nos que vivemos na mais vergonhosa ignorancia no mais profundo absecamento moral, que não comprehendemos finalmente a angustiosa situação em que vivemos. Cultivemos, extirpemos o nosso analfabetismo e veremos se podemos ou não imitar os norte-americanos (OLIVEIRA. O Alfinete, número 2, São Paulo, 03/12/1918).*

Como se vê, havia uma exortação bem direcionada para que a população negra pudesse alcançar melhores posições na sociedade brasileira, mas para isso era preciso estudar, deixar os vícios do alcoolismo a vida boemia e não praticar arruaças, mantendo uma postura “correta” de acordo com a moral e os bons costumes do branco. Nesse período, muitas pessoas negras acabavam se envolvendo em desordens e crimes, o que aos olhos dos brancos era altamente reprovável e vinculado à procedência africana, à condição de ex-escravo.

Desse modo, tal postura devia ser transformada para “melhorar” a imagem do negro na sociedade, o que dependia de uma ação da família em relação aos filhos. Assim, o negro deveria se destacar pela cultura e pelo exemplo de figuras ilustres que se tornaram símbolos, como os intelectuais e jornalistas Luiz Gama e José do Patrocínio.

O jornal “O Patrocínio”, de 19/10/1930, publica uma matéria que traz como título “O Negro”.

*A nostalgia e a languidez do africano com certeza influíram muito na formação moral dos homens pretos do Brasil. O brasileiro como producto distincto de tres raças: a portugueza, a africana e a indígena, que traziam em si a estima da resignação, é triste. Portanto, o negro é, dentre os brasileiros, o que se mais de*

*perto soffreu essas influencias e as ainda conservam ainda, devido aos injustos preconceitos que infelizmente ainda existem, mas que elles, com muita dignidade sabem desprezar.*

*O homem preto traz, estampado em si, a sua natureza num verdadeiro contraste com os seus bons sentimentos e as suas emoções, que vão se accumulando para, um dia ou outro, se expandir. O negro é, geralmente, um resignado; vive na sua quietude porem nunca é um fraco; raras vezes sorri, e isso mesmo, quando o faz, é tão somente para complemento de uma delicadeza [...].*

*Hoje dentro da nossa classe contamos com uma infinidade de homens letrados (...) com excepção dessa grande avalanche – muito desunida [...] a maioria dos negros que vivem espalhados pelo nosso paiz encontra-se ainda moralmente escravizada [...] A classe preta relegada para a ultima posição na escala social, sempre viveu asphixiada, sem estímulo, sem apoio para as suas mais modestas iniciativas [...]. (Benedicto A. Conceição, São Paulo).*

O texto comenta a situação do negro na sociedade brasileira naquele período, que convive com o racismo e jogado na última escala da classe social, mas ressalta que a classe já conta com certo número de homens letrados; critica, porém, a falta de união dos seus pares, sendo esta a condição primordial para elevar a moral da “raça”.

A partir de 1930, a luta do movimento negro tem um desenvolvimento qualitativo, pois começam as primeiras reivindicações políticas com a fundação do jornal “A Voz da Raça”, pela Frente Negra Brasileira (FNB), sendo que, no início do século XX, se torna a mais importante entidade negra do país com ramificações por diversos estados, chegando a contar pelas estimativas de seus líderes com mais de 20 mil associados e mantendo uma organização bem detalhada e

eficiente. Essa entidade oferecia, para os seus membros, escola, teatro, time de futebol, departamento jurídico, assistência hospitalar com médicos, além de cursos de formação que visavam ao preparo do negro para o mercado de trabalho. Nela, as mulheres exerciam um papel efetivo realizando trabalhos assistencialistas junto à comunidade e organizando bailes e festas artísticas. Segundo Domingues (2007), a entidade foi fechada em 1937 devido ao início da ditadura de Getúlio

Vargas – O Estado Novo.

Com o objetivo de destacar alguns periódicos que circularam durante o período monárquico (1808-1889) e também os principais jornais da Imprensa Negra veiculados durante o período Republicano (1915-1963), foi elaborado o seguinte com o nome e o ano de fundação em ordem cronológica, com base em Clóvis Moura (1998, p. 208) e Maria Clara Corsino Ferreira (2011, p. 01-12):

Nesse quadro, há 41 jornais que foram identificados durante o período que abrange o regime Monárquico e parte do período Republicano da História brasileira, sendo que somente algumas notícias de alguns periódicos foram analisadas neste trabalho. Pode-se concluir que as informações veiculadas pelos jornalistas e intelectuais alargavam o poder de pressão sobre as instâncias de poder. Durante a República, esses jornais marginalizados e paralelos representavam o pensamento da comunidade negra, de acordo com as várias experiências dos seus protagonistas.

QUADRO: Jornais do regime Monárquico e do regime Republicano

Nome do Jornal	Ano de Fundação
Gazeta do Rio de Janeiro	1808
Correio Brasiliense	1808
O Libertador (Ceará)	desconhecido
Diário de Belém	desconhecido
O Baependiano	desconhecido
O Fluminense	Desconhecido
A República	1870
Os Ferrões	1875
O Allioht	1888
Diabo Coxo e Cabrião	desconhecido
O Menelick	1916
A rua e O Xauter	1918
O Alfinete e O Bandeirante	1919
A Liberdade	1920
A Sentinela	1922
O Kosmos	1923
O Getulino	1924
O Clarim da Alvorada e Elite	1928
Auriverde, O Patrocínio e O Progresso	1932
Chibata	1933
A Evolução e A Voz da Raça	1935
O Clarim, O Estímulo, A Raça e Tribuna Negra	1936
A Alvorada	1946
Senzala	1950
Mundo Novo	1954
O Novo Horizonte	1957
Notícias do Ébano	1958
O Mutirão	1960
Hífer e Níger	1961
Nosso Jornal e Correio d'Ébano	1963

Fonte: Produção própria (2014)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento Negro no Brasil tem um caminho árduo ao longo de sua História, desde o movimento abolicionista durante o final do Segundo Reinado, passando pela Primeira República, que foi objeto desta reflexão. Nesse percurso de vida e de história, várias estratégias foram utilizadas pelos defensores dessa causa para dialogar com a sociedade brasileira e o Estado.

Um dos recursos acionados por intelectuais, escritores e jornalistas que lutaram pela condição de igualdade dos negros libertos em relação aos brancos brasileiros foram os meios de comunicação, principalmente os jornais. Estes desempenharam um papel importante social, ao possibilitar a divulgação e difusão de conhecimentos e informações valiosas à comunidade negra, promovendo o acirramento da campanha abolicionista, pressionando o governo, denunciando as mazelas, tanto no âmbito interno quanto externo.

Pode-se dizer que a invisibilidade da população negra no Brasil começa a mudar através da construção de outros significados do que era ser negro por meio das matérias e notícias veiculadas pelos jornais que compunham a Imprensa Negra, quebrando a visão monolítica e negativa sempre ligada à negritude. Nesse contexto, foi possível questionar o mito da democracia racial e das relações sociais de subordinação, observado nas relações trabalhistas e excludentes que envolviam as pessoas negras recentemente liberta-

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bes-tializados: Rio de Janeiro e a Repúbli-ca que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*, São Paulo: Tempo, 2007.

FERREIRA, Maria Clara Corsino et. al: *Diários da liberdade: Uma análise da Imprensa Abolicionista do final do séc. XIX*. Guarapuava-PR; Unicentro, 2011.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Políticos e intelectuais negros no Bra-sil: FTC EAD*. Salvador, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexu-alidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 10ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro, Niterói: ANPUH, 2007*.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. Ática, São Paulo, 1988.

SILVA, André Marcos de Paula e. *História e cultura afro-brasileira; atu-alizações Adriano Sachweh*. Curitiba: Expoente, 2008.

O ALFINETE, número 2, São Paulo, 03 de setembro 1918. Disponível em: [HTTP://saopaulo.sp.gov.br](http://saopaulo.sp.gov.br).

O Patrocínio, ano 5, número 55, São Paulo, 19 de outubro 1930. Disponível em: [HTTP://saopaulo.sp.gov.br](http://saopaulo.sp.gov.br).

das dos grilhões da escravatura. Nesse caminho de busca por maior igualdade e cida-dania, os meios de comunicação foram utilizados como um grande aliado e ferramenta para incitar o debate público sobre o racismo e a discriminação no nosso país.